



# Narrativas alternativas sobre o conflito somali: descontinuidades e especificidades históricas<sup>1</sup>

Marta Moreno<sup>2</sup> • Maio de 2014

## **Resumo:**

*Este artigo tem como objetivo central o combate ao discurso hegemônico ocidental, devido ao seu determinismo histórico, sobre a Somália. O trabalho busca, desta forma, demonstrar como os interesses políticos subjazem a compreensão ocidental da Somália e como este não é fixo. Outra finalidade da pesquisa seria desvendar as características do conflito somali levando em consideração as influências externas.*

**Palavras-chave:** Somália, Pós Colonialismo, Conflito

## **Abstract:**

*This article has as its central objective to oppose the Western hegemonic discourse, due to its historical determinism, on Somalia. The article seeks, then, to understand how political interests underlie the Western understanding of Somalia and as this is not fixed. Another purpose of the survey would reveal the characteristics of the Somali conflict taking into account external influences.*

**Key words:** Somalia, Post Colonialism, Conflito

<sup>1</sup> O projeto que deu origem a este artigo conta com financiamento Faperj (Edital FAPERJ Nº 14/2013 - Programa Apoio a Projetos de Pesquisa na Área de Humanidades – 2013)

<sup>2</sup> Doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) com bolsa sanduíche da CAPES na Universidade de St. Andrews, Escócia (2010). Possui mestrado em Relações Internacionais pelo IRI- PUC-Rio (1996). Professora Assistente I, dedicação exclusiva, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O conflito da Somália, iniciado em 1991 com a queda do ditador Siad Barre, foi interpretado pelo discurso dominante como um conflito pré-moderno e congelado no tempo, já que derivado da organização clânica e primitiva da sua sociedade<sup>3</sup>. Walter Rodney nos mostra que tal representação do conflito somali se estende para as demais sociedades africanas que, em geral, são entendidas como inerentemente conflituosas em razão do tribalismo prevalecente, de forma supostamente inalterada, desde os tempos coloniais. De acordo com tal narrativa, cada tribo nutre uma hostilidade fundamental e ancestral em relação às demais e esse primitivismo arraigado obstaculiza quaisquer tentativas ocidentais de construir nações na África (apud Lauderdale, Toggia, 1999:157). Argumenta-se, neste artigo, que o determinismo histórico que informa essa visão sobre os conflitos africanos do pós-Guerra Fria é etnograficamente duvidoso, pois ao ressaltar as continuidades de tais conflitos, negligencia o impacto dos principais eventos dos séculos XIX e XX, tais como o colonialismo, sobre os mesmos.

Catherine Besteman (1996) e Virginia Luling (1997) nos ajudam a colocar em xeque a ideia de que a identidade somali permaneceu inalterada a despeito da presença dos colonizadores (italianos e ingleses) na Somália. As autoras

contestam a visão, amplamente veiculada na mídia ocidental, de que o conflito entre clãs somalis, ocorrido logo após a queda do ditador Barre, teria resultado, exclusivamente, de dinâmicas internas da Somália. O objetivo do artigo, contudo, não é o de estabelecer uma “estória correta” a partir das visões de Besteman e de Luling, mas, sim, de tornar ambíguos os discursos dominantes, demonstrando, assim, a natureza inerentemente política dos mesmos (Campbell, apud Milliken, 1999). Ao lançar luz às interpretações destas autoras, o artigo pretende revelar o caráter instável e contingente do discurso dominante (Milliken, 1999). Desse modo, objetiva-se trazer a tona discursos silenciados sobre o conflito somali que ao levarem em conta o impacto dos processos e agentes internacionais sobre a Somália, enfatizam suas descontinuidades em relação ao período pré-colonial e, ao fazê-lo, destoam do discurso dominante.

### **O Sistema Clânico: de inimigo à aliado da nova Somália**

A independência do Estado somali em 1960 foi bem recebida pelas principais potências mundiais, incluindo os Estados Unidos e a União Soviética (ver S/PV.871). Nas palavras do representante norte-americano Mr. Wilcox:

The Unites States of America is pleased to support the admission of the Republic of Somalia to membership in the United Nations. It is a thrilling thing to witness the birth of a new State (ver S/PV.871:88).

<sup>3</sup> Uma análise destes discursos foi feita no artigo: “A Herança colonial das ‘novas’ operações de paz da ONU”, *Ética e Filosofia Política*, v 2, 2011.

Já o representante soviético, Mr. Sobolev saudou a “libertação” do povo somali com as seguintes palavras:

In accordance with its policy of supporting peoples waging a struggle for the complete abolition of the shameful colonialist system, the Soviet Union on 1 July 1960 solemnly declared that it recognized Somalia as an independent and sovereign State and that it was prepared to establish diplomatic relations with the new State (S/PV.871:par. 98).

Contando, portanto, com o beneplácito das grandes potências de então, a Somália sob a tutela italiana se uniu no dia 01 de julho de 1960 à vizinha Somalilândia, antigo protetorado britânico, independente quatro dias antes, formando a “República da Somália”. Depois de uma experiência parlamentarista que durou 8 anos, um golpe militar em 1969 levou ao poder o general Siad Barre quem governou a Somália pelos 22 anos subsequentes até ser deposto em janeiro de 1991.

Conforme observa Ahmed Mah (1999): “Somalia, as a newly independent state, came to a world space which had already been textually mediated. In that discursive space, what defined Somalia was not what it was, but what it lacked” (Mah, 1999:36). Assim, ao mesmo tempo em que a Somália conquistava a sua independência e passava a integrar o sistema de Estados soberanos, ela era automaticamente posicionada num estágio bastante atrasado vis-à-vis a parte “desenvolvida” desse sistema. No marco do discurso da modernização em voga no pós-Segunda Guerra,

portanto, a Somália passava a ser produzida como “atrasada” e como um dos países mais pobres do mundo e, em razão disso, como uma das principais receptoras de ajuda externa, que, até 1969, provinha tanto dos blocos ocidental como oriental (Mah, 1999). A enorme lacuna produzida entre a Somália “subdesenvolvida” e o mundo “desenvolvido” fez com que a modernização somali conduzida pela elite pós-colonial tivesse de ser radicalmente buscada, ou seja, por meio de uma transformação total das condições econômicas, políticas e sociais somalis.

Por consequência, a nova elite governante, que assumiu o poder em 1960, passou a rejeitar o sistema clânico somali (ver Luling, 2006). Todavia, no momento da ascensão de Barre e da sua declaração, em 1970, de que, a partir de então, a Somália seria um “país socialista moderno” (Issa-Salwe, 1996:80), o clanismo continuava vivo o suficiente a ponto de precisar ser simbolicamente sepultado por meio de funerais públicos (Luling, 2006; Lewis, 2002). Como nos mostra Ian Lewis (2002), a campanha nacional contra o tribalismo culminou com demonstrações públicas no final de 1970 e no começo de 1971 nas quais esfinges representando o tribalismo, a corrupção, o despotismo e o mau governo foram simbolicamente queimadas e enterradas nos principais centros da República. Além disso, informado pela ideia de que a divisão clânica ameaçava a solidariedade nacional, o Estado proibiu qualquer referência pública aos temas

clânicos; banindo, desse modo, o clanismo do vocabulário político (Luling 2006; Lewis, 2002; Issa-Salwe, 1996). Nesse sentido, por exemplo, a palavra “jaale” (camarada) substituiu os termos usuais “ina adeer” (primo) e “adeer” (tio) (Issa-Salwe, 1996:79).

Barre se referiu às clivagens clânicas da seguinte forma: “I believe that tribalism was the stumbling block to Somalia’s progress. It was the cancerous virus that had been slowly rooting away every fibres (sic) of society. It was our number one enemy” (apud Hashim, 1997:81, grifo meu). A ideia de um inimigo interno à nação, o tribalismo, que tinha que ser combatido a todo custo, por sua vez, ajudava a produzir a Somália como uma nova nação, não mais letárgica e ligada ao passado, mas dinâmica e progressiva. O culto à nação, como nos mostra Lewis (2002), foi criado em torno do chefe de Estado, o general Barre, representado pela nova hagiografia oficial como um “Líder Vitorioso” que perseguia sem temor e com perseverança os inimigos da nação e que ao fazê-lo contribuía para a prosperidade e o progresso da mesma.

De acordo com Barre, o tribalismo deveria ser erradicado em favor do nacionalismo (Issa-Salwe, 1996). Os valores socialistas, por sua vez, eram produzidos como geradores de unidade em oposição ao tribalismo, gerador de cisão e desunião. Conforme colocado de modo sucinto pelo slogan oficial, o tribalismo: “divides [where] Socialism unites” (Lewis, 2002:209). Se os pri-

meiros nacionalistas somalis, tanto religiosos como seculares, apelavam para o conceito, assentado na noção de parentesco, de “irmandade” entre os somalis, o qual uniria os diferentes clãs e linhagens, no curso do socialismo somali, esse conceito foi substituído pelo de “amizade”, o qual apelava para a cooperação e unidade somalis com base numa identidade nacionalista indiferenciada que anulava por completo a divisões clânicas tradicionais (ver Lewis, 2002:210). Nesse sentido, o novo regime valorizava o cidadão livre de quaisquer vínculos atávicos de parentesco. Talvez, o melhor símbolo desse novo cidadão fossem as “Flores da Revolução”, como eram oficialmente designadas as crianças, quase sempre órfãs, que recolhidas das ruas de Mogadíscio e de outras cidades eram conduzidas aos “Centros da Juventude Revolucionária” onde recebiam comida, roupas, educação e treinamento sobre tarefas relativas à construção da nação (Lewis, 2002).

O socialismo científico somali, contudo, chegou ao fim em 1977, quando a União Soviética se aliou à Etiópia no episódio da invasão somali do deserto de Ogaden (Besteman, 1999). A partir de então a Somália voltou sua atenção para os Estados Unidos, quem, interessados em frustrar a influência soviética no Golfo Pérsico, passaram a assumir na década de 80 o papel de provedores de armas e capital para a Somália; substituindo, desse modo, o papel até então desempenhado pela União Soviética (Lauderdale; Toggia, 1999).

Besteman (1996, 1999) argumenta que a atmosfera de culpa, recriminação e instabilidade política que se segue à guerra pela região de Ogaden combinada ao grande influxo de fundo e tecnologia militar externos teve efeitos dramáticos sobre a prática governante de Barre. Temendo perder o poder, após a derrota na Guerra do Ogaden, Barre não só tratou de silenciar brutalmente seus oponentes como também passou a confiar crescentemente no apoio das suas próprias redes familiares, particularmente do seu pai, mãe, genro; todos afiliados a diferentes clãs (Besteman, 1996). Tal apoio, por sua vez, foi garantido por meio da distribuição de recursos, capital e oportunidades controlados pelo Estado e disponíveis em função da aliança com os Estados Unidos, por meio da qual, Barre passou a receber quantidades massivas de ajuda sob a forma de programas de desenvolvimento (Besteman, 1996).

Na medida em que a distribuição de punições e recompensas por parte do governo Barre passou a se organizar crescentemente em termos clânicos, cresceu a consciência pública acerca da base clânica do governo, ainda que Barre houvesse proscrito o uso de qualquer terminologia referente ao sistema de clãs no marco do Estado nacional somali (Besteman, 1996). Nesse sentido, durante a era barreana, uma nova elite urbana, que ganha proeminência nos anos 80, passa a competir pelo uso dos recursos nacionais estimulando uma crescente ênfase em no-

vos tipos de alianças clânicas na arena nacional (Besteman, 1996).

Fica claro, portanto, que as disputas clânicas que se estabeleceram na arena nacional na década de 80 não eram da mesma natureza daquelas presentes nos tempos pré-coloniais, já que agora os vínculos clânicos eram mobilizados pelas elites nacionais e grupos de oposição na sua luta pelo controle dos recursos públicos. A liderança clânica tradicionalmente assumida por aldeões anciões se viu, portanto, desfigurada passando a ser conduzida pelas novas elites militares e burocráticas do Estado (ver Lauderdale e Toggia, 1999).

As disputas acima mencionadas não podem ser entendidas como resultantes de hostilidades clânicas profundas e naturais, mas, sim, como colocado por Besteman (1996), como padrões particulares de lutas pelo controle dos recursos do Estado. Tais disputas são, portanto, historicamente específicas e, por isso, não podem ser captadas à parte das transformações sociais resultantes da introdução de um Estado nacional centralizado exógeno às experiências dos somalis.

A sociedade somali, segundo Abdi Kusow (2004), foi representada pela narrativa do Estado pós-colonial como essencialmente homogênea e fundamentalmente igualitária. Essa narrativa de reforço do mito nacional autorizou uma série de práticas violentas voltadas para a erradicação das divisões clânicas e do dissenso no seio da sociedade somali durante o governo Barre a

fim de que a diferença, pejorativamente concebida, fosse eliminada ou convertida em identidade. Segundo Kusow (2004), prevalecia entre as elites nacionais somalis a ideia de que ao se reconhecer a existência de múltiplas vozes na sociedade, a nação iria colapsar. E, assim, o discurso ocidental do Estado-nação, exógeno à realidade somali, mas articulado pelos líderes somalis desde a independência do país em 1960, participou da ocultação de grupos que, conforme nos mostra Michael Shapiro (2009) existem fora das fronteiras da sociedade ou, como ele coloca, existem “fora da gramática” dos discursos principais do Estado-nação. Para Shapiro (2009:232), a aceitação de tais discursos hegemônicos ou o foco neste alinhamento nacional tende a deixar muitos sujeitos políticos nas sombras ou a “render invisible those people who have not been clearly welcome into the nation”. A ideia de uma sociedade coerente e consensual subjacente à narrativa do contrato social entre governantes e governados permanece, segundo Shapiro (2009), como um alibi legitimador para a exclusão de grupos minoritários. A estória totalizante da modernidade política, dominante entre as abordagens acadêmicas, que nos apresenta a narrativa de um Estado nacional não problemático - representado por um contrato social baseado em escolhas relativamente livres por parte dos governados -, não dá conta, segundo Shapiro (2009), de explicar a inserção coercitiva (e, portanto, não voluntária) de corpos nesse espaço nacional.

Um dos grupos ao longo do tempo removido das fronteiras da sociedade somali foram os povos Gosha, depreciados em razão da sua aparência física supostamente africana e do modo de vida “primitivo” e “não civilizado” nas florestas do sul do país (ver Kusow, 2004). A experiência dos povos Gosha, um povo sem qualificação política reconhecida ou nas margens da sociedade somali, desafiava o imaginário político do Estado-nação, coerente e unitário, revelando a ilusão desse constructo.

Os povos Gosha foram incorporados politicamente à nova nação somali, mas, como bem colocado por Besteman (1999), as proclamações de homogeneidade por parte desse novo Estado produziram, elas mesmas, heterogeneidade. Na medida em que os Gosha foram produzidos desde a colonização como um grupo étnico racializado, o vale do rio Juba permaneceu como um lugar de “Outros” subjugados no marco do Estado-nação somali (Besteman, 1999). Ainda que as hierarquias de status (pastores eram privilegiados vis-à-vis agricultores) e de descendência (africanos, descendentes de escravos, do sul eram depreciados vis-à-vis os árabes-somalis do Norte) estivessem presentes na sociedade somali antes da chegada dos primeiros colonizadores, para Besteman (1999), a intrusão colonial e a imposição de rótulos classificatórios baseados em categorias raciais eurocêtricas amplificaram e refinaram as construções locais de identidade no sul da Somália. Nesse sentido, Besteman (1999) não argu-

menta de modo algum que as autoridades coloniais italianas criaram uma etnicidade separada para os povos Gosha e, nesse sentido, podemos argumentar que não é seu intuito romantizar o passado somali. Todavia, a autora nos mostra que as ações coloniais tiveram sim um impacto amplificador sobre tais identidades: “their policies, actions, and descriptions nurtured the perception of ‘Gosha’ and ‘Somali’ as highly distinct and unequal social groups” (Besteman, 1999:121-2). Segundo a autora, as categorias raciais coloniais reforçaram as construções étnicas locais pré-existentes. As diferenças já existentes foram, portanto, ressignificadas a partir da gramática racial europeia. As administrações coloniais, como nos indica Besteman (1999), sustentaram a percepção dos somalis como superiores ao constructo europeu dos “africanos negros” e o espaço onde tais povos residiam, o Vale do Juba, foi racializado. Isto é, as distinções raciais se tornaram territorializadas e, desse modo, o discurso colonial passou a descrever o Vale do Juba ou a “Goshland” como um território ocupado por um grupo distinto de “raças inferiores” (Besteman, 1999).

Por conseguinte, as políticas de reforço da identidade nacional somali e de busca pela convergência entre o Estado e a nação por parte do governo Barre tiveram o efeito nefasto de tornar esses “Outros” internos, invisíveis no marco da sociedade somali. Por meio desse discurso nacionalista, portanto, os Gosha foram

privados de qualquer voz e representação política como minoria (Besteman, 1999). De fato, segundo Lee Cassanelli (1997), uma das características singulares do caso da Somália é que aqueles grupos que tradicionalmente ocuparam os distritos agrícolas mais férteis e ricos gozaram de um papel marginal na política nacional durante o século XX.

### **As descontinuidades do conflito somali**

Para Besteman, os chamados “senhores da guerra” que, de fato, roubavam comida e incitavam a violência na Somália pós-Barre, não faziam parte das antigas rivalidades somalis tal como assumido pelo discurso dominante. Esses novos atores pertenciam a uma nova elite urbana que durante a administração Barre passou a lutar por enriquecimento pessoal através do acesso ao poder do Estado e, para alcançar tal fim, empregou uma retórica clânica<sup>4</sup>. Dessa forma, embora a maioria das lutas entre “senhores da guerra” na Somália pós-Barre tenha ocorrido entre clãs, tal identificação clânica não era algo natural, mas,

---

<sup>4</sup> Essa mobilização política da identidade foi identificada por Mary Kaldor (1999) nas chamadas “novas guerras”. Para ela, a política da identidade é o meio pelo qual as elites políticas reproduzem o seu poder. O termo “*policy of identity*” utilizado por Kaldor designa os movimentos que se mobilizam em torno das identidades étnicas, religiosas e raciais com o objetivo de clamar pelo controle do Estado. Essas identidades ainda que baseadas em fissuras pré-existentes de tribo, nação e religião, em geral, usam memórias e experiências de injustiças passadas com o objetivo de mobilização política. Ver: Mary Kaldor, *New and Old Wars-Organized Violence in a Global Era*, Stanford University Press, 1999.

antes, fruto de uma mobilização levada a cabo por diversas milícias nacionais que lutavam pelo controle do Estado. Logo, o conflito somali não teria derivado de hostilidades profundas e ancestrais, mas, sim, de padrões particulares de lutas pelo controle dos recursos do Estado estabelecidas nos anos 80, sendo, portanto, historicamente específicas.

Também adotando um argumento que enfatiza as transformações da sociedade somali através do tempo, Abdi Ismail Samatar defende que a natureza da competição entre clãs mudou com a introdução do Estado colonial. De acordo com Samatar (1992:634) “the leadership in the old tradition had no public resources that they could compete for and loot, and as such the nature of the allocations made under that regime was qualitatively at variance with the modern order”. Luling (1997:290) concorda com Samatar ao afirmar que:

Clans always had to compete for resources such as land, grazing and water, but now that control of all these resources and much more was vested in the state, competition between clans, which before had been only one aspect of their existence, became its permanent condition

Nesse sentido, para os autores supracitados, o problema que a Somália passou a enfrentar no pós-Guerra Fria não estava ligado ao modo de vida somali pré-colonial, mas, predominantemente, à introdução do Estado colonial e pós-colonial e à alteração que o Estado gerou nas práticas somalis. Desse modo, o problema

enfrentado pela Somália derivou, em parte, da imposição de elementos associados com a modernidade na sociedade somali e, não, como se alega usualmente, de elementos pré-modernos.

Além disso, como bem nos mostra Luling (2006), a proibição, sobretudo, nas escolas, de se referir abertamente aos clãs durante o governo Barre teve efeitos sobre as identidades somalis, diferentemente do que o discurso dominante sugere. A proibição do tribalismo somada à crescente mobilidade e mistura de pessoas de diferentes origens na capital da Somália, Mogadíscio, bem como em outras cidades, contribuíram para o surgimento de uma geração de jovens urbanos comprometidos, em grande parte, com a rejeição ao sistema clânico (Luling, 2006).

Uma estória de Ahmed Ismail Yusuf, chamada “A Delicate Hope” que começou a circular em Mogadíscio após o início da guerra civil nos oferece um exemplo bastante claro de tal rejeição (apud Luling, 2006:476-7). Aar e Arbaab, irmãos gêmeos, estudavam em Mogadíscio quando Barre foi deposto. Embora fossem hostis ao governo Barre, os irmãos eram membros da família clânica Darod de onde proveio a principal base de apoio a tal governo. Isso explica porque quando a cidade foi liberada por uma coalizão de outra base clânica, Hawiye, eles automaticamente passaram a correr perigo tendo em vista a perseguição indiscriminada que se instalou em Mogadíscio contra os Darod. Todavia, a mãe dos gêmeos, pertencia à família clânica

Isaaq que havia libertado o território do norte – hoje “Somalilândia” - do exército de Barre. Desse modo, foi elaborado um plano para que os gêmeos escapassem para o norte e se orientassem pelo seguinte conselho da mãe: “You have to know your maternal clan affiliation and my ancestor’s names to use them if need be, all by heart”. No entanto, o conselho da mãe para que os filhos decorassem o nome dos seus ancestrais, foi prontamente rejeitado por um deles que alegou:

Over and over you keep insisting that we have to know the names of a bunch of ancestors, who’ve been dead for centuries, mom, I know you’re from the Northern clans of Isaaq and I know my father is Daarood, also from the north, So, Mom, **I will never affiliate myself with either one if I can’t belong to both**<sup>5</sup>...If we are going to die anyhow...for an unjust tribal war, let us not sow a poison seed for generations to come by choosing one tribe over another.

Uma vez no norte, os gêmeos foram instruídos por soldados a saírem do carro e a se identificarem. Embora tendo conseguido citar os nomes dos clãs e dos subclãs aos quais pertenciam, eles não foram capazes de provar a afiliação Isaaq, recitando o “abtirsiinyo” (genealogia) e, conseqüentemente, foram considerados suspeitos de serem espíões do regime Barre e, por isso, executados. Quando o comandante sênior, irmão da mãe dos gêmeos - uma relação afetuosa e protetora para os somalis - chegou para checar seus subordinados, reconheceu imediatamente os

corpos e voltando as armas para os guardas e depois para si disse, antes de se matar: “My flesh and blood....they were my nephews, my nephew, my nephews...”.

No marco dessa narrativa somali, portanto, o sistema clânico nos é apresentado como algo amargo e assassino (Luling, 2006), reproduzindo, desse modo, os discursos dominantes sobre o conflito. Na estória, o ato de recitar o “abtirsiinyo”, ou seja, a lista de ancestrais mortos há séculos, parece carecer de sentido e a sua evocação como garantia de segurança se assemelha a uma espécie de fraude (Luling, 2006). Todavia, essa estória, nos oferece a possibilidade de vislumbrar outras narrativas de identidade que não aquela oferecida pelo discurso dominante, já que nos mostra que nem todos na sociedade somali se identificavam com o sistema clânico. Da mesma forma que a narrativa nacional, como vimos, silenciou acerca de identidades que colocavam em xeque o alinhamento nacional, o discurso dominante sobre o “Outro” somali no pós-Guerra Fria o construiu de uma forma deveras simplificada, silenciando experiências mais complexas informadas por imaginários não captados pela narrativa clânica.

Como nos mostra Besteman (1996), a caracterização da sociedade somali como “clânica” por parte do discurso dominante se baseou em tipologias evolucionárias familiares. Isto é, a representação da Somália como uma sociedade baseada exclusivamente num sistema

---

<sup>5</sup> Grifo meu

de clãs reforçou o entendimento antropológico tradicional de formação do Estado e claramente indicou a direção para a qual ela deve se mover, a saber: das relações de parentesco para o contrato social (Besteman, 1996). Essas relações (de parentesco e do contrato social), por sua vez, nos foram apresentadas como distintas e irreconciliáveis e, desse modo, como temporalmente dissociadas. Por consequência, as tipologias evolucionárias, subjacentes aos discursos dominantes, localizaram tais categorias (clãs/Estados) como passos distintos de uma trajetória evolucionária de sociedade (ver Besteman, 1996). Refletindo essa visão evolucionária, Abdalla O. Mansur, por exemplo, argumenta:

The most serious problem in Somalia today is that our cultural traditions are not compatible with the constructs of a modern state. We Somalis are prisoners of a culture that we created in the past and which we refuse to re-examine. What is needed is to educate our people and exhort them to free themselves from the dependency of clanism, charity, and family parasitism. Only after creating this new culture will it be possible for us to reinvent ourselves and in the process to launch the construction of a new, viable state (Mansur, 1995:115-6).

A passagem de Mansur nos mostra com clareza a tentativa mítica de se separar, depois de séculos de colonialismo e pós-colonialismo, os elementos ditos “tradicionais” dos “modernos” da sociedade somali, apresentados como normativamente hierarquizados e irreconciliáveis.

Quando a linguagem evolucionária é usada, a imagem que vem a tona é a de uma

sociedade atrasada e rígida, baseada em práticas darwinianas de sobrevivência e desprovida de outras hierarquias concorrentes (Besteman, 1996). Poderíamos acrescentar que os clãs, por meio dessa narrativa, são representados como “mini-Estados”, na medida em que são entendidos, de modo análogo ao entendimento convencional sobre os Estados, como entidades unitárias, sem fissuras, face às quais os somalis devotariam sua obediência primeira e unívoca, sem que outras identidades competitivas lhe rivalizassem. Na estória “A Delicate Hope” acima apresentada, contudo, essa imagem é colocada em xeque, visto que os irmãos se sentem igualmente pertencentes a dois clãs diferentes, ao do pai e ao da mãe, e se recusam, portanto, a ter que devotar uma lealdade excludente.

Besteman (1996) nos oferece um entendimento da sociedade somali que traz a tona a flexibilidade e complexidade dessa sociedade, negligenciadas pelo discurso dominante, o qual torna o sistema clânico não só a essência da sociedade somali, mas também sua totalidade<sup>6</sup>. A antropóloga nos mostra que nem todos os cidadãos somalis no marco da prévia estrutura estatal eram membros de um clã, já que a sociedade somali continha grupos que existiam fora do sistema clânico, como o eram muitos moradores costeiros que reivindicavam descender dos pri-

---

<sup>6</sup> Sobre a tendência de tratar o “Outro” como uma totalidade, ver: Appadurai, Arjun: “Putting Hierarchy in Its Place”, *Cultural Anthropology*, vol.3, n.1, Feb. 1988.

meiros colonizadores árabes e persas, assim como muitos dos moradores dos vales dos rios Juba e Shabelle.

Besteman também deixa claro que o pertencimento a um clã não constitui um atributo irrevogável adquirido a partir do nascimento, já que a mobilidade entre clãs não era apenas possível, como também bastante difundida no sul, onde os somalis costumavam comutar a afiliação a clãs, por proteção, casamento, direito à terra, trabalho ou, ainda, por razões políticas (Besteman, 1996). Ao apresentar o processo de afiliação a um clã como um processo relativamente simples, mostrando que em alguns clãs do sul existem inclusive mais membros adotados do que descendentes do fundador ancestral, a antropóloga coloca em xeque a visão prevalecente acerca do caráter permanente e estático do sistema de clãs. A flexibilidade do sistema clânico somali também é ressaltada por Luling (2006:474) quando diz: “Far from being something that sets one set of people permanently against a fixed ‘other’, it is a flexible scale by means of which alliances can be constantly reshuffled”.

Além disso, a ênfase da narrativa dominante na Somália clânica obscureceu outras identidades que atravessam o sistema de clãs. Vale recordar que os povos Goshu, descendentes de escravos da linhagem Bantu, adquiriram um status inferior no seio da sociedade somali devido a essa herança tida como “impura” (Besteman,

1996). Agravando tais discriminações, esses povos também foram construídos por meio do discurso colonial como racialmente distintos e inferiores (Besteman, 1996). Em função disso, os clãs do sul que obtiveram um grande número de Bantus acabaram sendo considerados de status inferior na arena nacional (Besteman, 1996). Ademais, uma parte substantiva da população do sul praticava a agricultura, considerada por muitos somalis como uma ocupação inferior. Assim, uma combinação de fatores, como as construções discursivas de linhagem, de raça e de ocupação, deixou muitos agricultores e agro-pastores do sul marginalizados no Estado pós-colonial, independente do fato de fazerem parte ou não de um clã (ver Besteman, 1996).

Em suma, segundo Besteman (1996), tais concepções acima apresentadas de raça, linhagem e status dotaram a identidade somali de maior complexidade do que o simples pressuposto de uma identificação exclusivamente clânica sugere. O retrato alternativo da sociedade somali esboçado pela antropóloga revela, por conseguinte, não só um grande fluxo e dinamismo na mesma, mas também a presença de uma variedade de identidades sociais que atravessam, minam, mudam e substituem as identidades clânicas.

Com isso, a autora buscou mostrar que a identidade que emerge como proeminente num dado momento é contextualmente específica e historicamente condicionada e, não, como nos sugere o discurso dominante, inalterável. Na

maior parte do século XX, por exemplo, o status derivado das construções sociais de raça e pureza apresentou um maior constrangimento para a agência individual do que o pertencimento a um clã que, no sul da Somália, podia ser facilmente alterado, oferecendo, portanto, maior potencial de mobilidade.

Sobre a especificidade histórica do conflito somali, Besteman (1996) no conta que no contexto pós-Barre, os clãs que depuseram o ditador reivindicaram como recompensa o controle sobre os mesmos tipos de recursos, a exemplo das terras, exigidos pelas elites urbanas na década de 80 (Besteman, 1996). E, assim, os ataques às vilas do sul do país, que resultaram na fome na região, seguiram o mesmo padrão de apropriação de recursos. E, desse modo, os sultões rurais, cuja maior parte não havia desempenhado qualquer papel no Estado de Barre e tampouco no seu desmantelamento se tornaram alvos das milícias de outras partes do país, muitos tendo que sobreviver, desde 1991, em campos de refugiados (Besteman, 1996). Esses habitantes do sul foram excluídos da política nacional com base na sua raça, linhagem e status, aspectos inapropriadamente capturados apenas pela rubrica clânica (Besteman, 1996).

Assim, para autora, as causas do conflito não foram, tais como os meios de comunicação expuseram exaustivamente, as rivalidades clânicas ancestrais, mas, sim: (i) os crescentes investimentos nas identidades clânicas por parte

do governo Barre na década de 80, (ii) a emergência de uma virulenta competição de classe num ambiente de influxos massivos de ajuda externa, e (iii) a crescente militarização do Chifre da África, internacionalmente apoiada.

A partir dos argumentos de Besteman, fica nítida a participação dos atores “externos” no conflito somali, lido, por esses mesmos atores, como um conflito de dimensões meramente domésticas e, portanto, face aos quais eles não tinham qualquer responsabilidade moral.

Por outro lado, a razão da retirada dos Estados Unidos e da ONU do conflito na Somália foi atribuída meramente às facções hostis internas que se recusavam a cooperar com os agentes internacionais, silenciando, desse modo, acerca dos equívocos da dita “comunidade internacional” em remediar o conflito. Argumenta-se aqui, diferentemente, que o discurso dominante foi cúmplice dos inúmeros equívocos cometidos pelos agentes internacionais na Somália.

Na medida em que o discurso da ONU concebeu o Estado centralizado como a única alternativa possível para reorganizar politicamente a vida somali, os esforços da Organização se concentraram na capital, em detrimento do campo, onde ocorreram os principais atos de violência e onde a fome se generalizou. Como colocou Ahmed Samatar (2002), os povos agrícolas do sul foram os que pagaram os maiores custos materiais e humanos derivados da guerra. No auge da fome e da destruição, as comunida-

des agrícolas dessa região morreram aos milhares com a cidade de Baidoa se transformando no epicentro da morte e, em função disso, ficando conhecida como a “city of the walking dead” (Samatar, 2002, Mukhtar, 1996).

Argumenta-se aqui que dois fatores fizeram com que a ONU marginalizasse a destruição em curso no sul agrícola do país, focando nas batalhas da capital e do porto de Mogadíscio. Em primeiro lugar: o fato dela se guiar pela norma de um Estado politicamente centralizado que teria de ser construído desde a capital. Em segundo lugar, a leitura do conflito como “clânico”, a qual não levou em consideração as discriminações de raça, linhagem e status que ao longo dos anos incidiram sobre os agricultores do sul e que culminaram, segundo Mohamed Mukhtar (1996), numa política genocida dirigida a esses agricultores no curso do conflito. Mukhtar (1996:551) cita um Sheik do sul, Eedin Alyow, quem teria dito sobre tais atos de violência:

The Hawithe and Darod had a master plan of extinguishing our people. For example, they started to take all our stored grain first, then they took all the animals that we kept. After several weeks, the villages were dead or still alive. When they realized that we were eating garas (an edible wild fruit) they started systematically to burn all the garas trees in the area. What could this mean?

Por outro lado, na medida em que o conflito somali foi lido primordialmente sob a rubrica clânica e o Estado centralizado passou a ser o ideal perseguido pela ONU no país, os líderes clânicos, altamente armados, foram privi-

legiados como interlocutores em detrimento de outras autoridades que apontavam para um exercício de poder mais descentralizado e local. Conforme colocado por um relatório da Human Rights Watch (1995):

M]any observers fall to note the importance of the UN’s overwhelming emphasis on brokering deals between powerful military leaders, to the detriment of those in Somali society seeking reconstruction and reconciliations (...) We conclude (...) that a principal problem of the Somalia operation was that it was pursued firstly as an exercise in conflict resolution between powerful individuals without addressing the policies each pursued which led to Somalia’s continuing devastation.

De um modo geral, o relatório acima mencionado critica o foco da ONU e dos Estados Unidos em poucas personalidades, primeiro tratadas como “colegas”, depois como “fora da lei” e finalmente, de novo, como negociadores legítimos em detrimento das autoridades locais.

Por outro lado, a já referida simplificação promovida pela leitura ocidental acerca da sociedade somali teve efeitos imprevistos, os quais acabaram por reproduzir e mesmo reforçar a dinâmica clânica. Para Foucault, a relação entre os objetivos declarados de um programa específico e os efeitos de poder que ele produz é de “não-correspondência”; o que significa que os discursos não criam automaticamente nas sociedades os efeitos exatos antecipados pelo seu conteúdo (ver Hendrie, 1997). É justamente por isso que, para ele, as relações de poder devem ser examinadas no nível da vida diária (ver Hendrie,

1997). Quando, com a ajuda de Luling (2006), tais relações são examinadas na vida diária é possível perceber que a ideia que informou os agentes internacionais, segundo a qual os somalis eram divididos exclusivamente em clãs, fez com que novos clãs fossem formados a partir de 1991 a fim de garantirem um lugar nas negociações políticas em curso. Esse foi justamente o caso dos Bantus, os quais passaram a asseverar uma identidade clânica comum, a “qowmiyad”, junto à ONU e aos Estados Unidos. Desse modo, ainda que o objetivo da ONU na Somália tenha sido o de criar um Estado centralizado que colocasse um fim às lealdades clânicas tradicionais, durante a sua operação, muitos grupos não identificados com tais lealdades se viram estimulados a entrar no “jogo clânico” a fim de terem suas vozes reconhecidas pelos agentes internacionais.

## Conclusão

O artigo buscou desvelar as descontinuidades da sociedade somali, colocando em xeque, desse modo, o discurso que vem produzindo não apenas a Somália, mas inúmeros Estados africanos, como sujeitos a conflitos supostamente derivados da continuidade dos seus modos de organização social pré-modernos e tribais.

Entendemos que a sociedade somali só pode ser produzida como primitiva e os seus conflitos como imutáveis e endógenos se silenciarmos acerca de discursos alternativos –como é o caso dos discursos de Besteman e Luling – que abordam o impacto dos processos e atores glo-

bais sobre os mesmos. De fato, de acordo com Phillip Darby (2008), a violência que é comumente apresentada como tendo causas endógenas, não pode ser explicada adequadamente com referência às formações culturais locais ou ao fenômeno dos Estados “falidos”, mas suas raízes podem ser traçadas à conquista e governo coloniais que criaram novas divisões no marco das sociedades tradicionais e exacerbaram as velhas, acentuando identificações étnicas e religiosas.

Por meio do estudo de tais discursos alternativos, evidencia-se a cumplicidade de atores que embora entendidos como modernos e de suas instituições, a exemplo do Estado-nação, que embora entendidas como garantidoras da paz social, tiveram e continuam tendo uma participação nas rivalidades que hoje assolam diversos Estados pós-coloniais.

## Referências

- BESTEMAN, Catherine: “Representing Violence and ‘Othering’ Somalia”, *Cultural Anthropology*, 11(1), 1996.
- \_\_\_\_\_: *Unraveling Somalia. Race, Violence, and the Legacy of Slavery*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1999.
- CASSANELLI, Lee V.: “Somali Land Resource Issues in Historical Perspective”, In: Clarke, Walter; Herbst, Jeffrey (eds): *Learning from Somalia: the lessons of armed humanitarian intervention*, Westview Press, 1997.
- DARBY, Phillip: “A disabling discipline”, In: Christian Reus-Smith; Duncan Snidal (eds) *The Oxford Handbook*

of International Relations, Oxford: Oxford University Press, 2008.

HASHIM, Alice Bettis: *The Fallen State: dissonance, dictatorship, and death in Somalia*, University Press of America, 1997.

HUMAN RIGHTS WATCH/AFRICA. "Somalia Faces the Future: Human Rights in a Fragmented Society", vol. 7, n. 2, April 1995. Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/reports/1995/somalia/>

ISSA-SALWE, Abdissalam M.: *The Collapse of the Somali State. The Impact of the Colonial Legacy*, Haan Publishing, London, 1996.

KUSOW, Abdi M.: "Contested Narratives and the Crisis of the Nation-State in Somalia: A Prolegomenon", In: Kusow, Abdi (ed): *Putting the Cart Before The Horse. Contest Nationalism and the Crisis of the Nation-State in Somalia*, Africa World Press, 2004.

LAUDERDALE, Patt; TOGGIA, Pietro: "An Indigenous View of the New World Order: Somalia and Ostensible Rule of Law", *Journal of Asian and African Studies*, volume 34:2, 1999.

LEWIS, Ian M.: *A Modern History of the Somali: Nation and State in the Horn of Africa*, James Currey, Oxford and Ohio University Press, Athens, 2002 (fourth edition).

LULING, Virginia: "Come back Somalia? Questioning a collapsed state". *Third World Quarterly* 18(2), 1997.

\_\_\_\_\_: "Genealogy as Theory, Genealogy as Tool: Aspects of Somali 'Clanship'", *Social Identities*, vol. 12, n. 4, July 2006.

MAH, Ahmed: *The Colonial Discourse of Development in Africa. The Somalia Experience*, thesis of the Arts Department of Theory and Policy Studies in Education, Ontario Institute for Studies in Education of the University of Toronto, 1999.

MILLEKEN, Jennifer: "The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods", *European Journal of International Relations*, vol. 5 (2), 1999.

MUKHTAR, Mohamed Haji: "The plight of the Agro-pastoral society of Somalia", *Review of African Political Economy*, vol. 23, issue 70, December 1996.

Samatar, Abdi Ismail: "Destruction of State and Society in Somalia: Beyond the Tribal Convention", *The Journal of Modern African Studies*, 30, 4, 1992.

SAMATAR, Ahmed I.: "Somalia: Statelessness As Homelessness", In: Samatar, Abdi Ismail; Samatar, Ahmed, I. (eds): *The African State: reconsiderations*, Heinemann, Portsmouth, NH, 2002.

SECURITY OF COUNCIL. *Security of Council Official Records*, 871st Meeting, New York, 5 July 1960 (S/PV.871).

SHAPIRO, Michael J.: "How does the Nation-State Work?", In: Jenny Edkins and Maja Zehfuss (eds). *Global Politics. A New Introduction*, Routledge, 2009.

Recebido em: 03 de Dezembro de 2013

Aprovado em: 22 de Janeiro de 2014